

Comissão da ONU ouve denúncias

Se de um lado a comemoração do Ano Internacional dos Povos Indígenas pode ser considerado uma conquista para o nosso reconhecimento, permanece do outro lado a trágica realidade dos nossos povos submetidos a constantes violências e profundo desrespeito. Desta maneira a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, uma entidade fundada em 1989, iniciava em fevereiro perante a sessão da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas uma exposição sobre a situação dramática enfrentada pelos povos indígenas da Região Amazônica.

O processo pelo qual se deu o contato dos povos indígenas da Amazônia com a sociedade brasileira provocou uma série de interferências nas culturas tradicionais e gerou situações consideradas extremas em relação à sobrevivência física e étnica de inúmeros povos, através de morte, doenças, exploração, provocando divisão, desunião nas aldeias e desrespeitando os direitos fundamentais dos índios como povos e como indivíduos, afirmava naquela oportunidade a Coiab, que continuava:

Povo Deni — O povo Deni conta com uma população atual de 530 pessoas que residem em várias aldeias do rio Xerua, na bacia do rio Jurua e do rio Cunhua, na bacia do rio Purus.

As áreas indígena Deni foi identificada pela Funai em 1986 mas o processo de demarcação se encontra desde então paralisado. Isto favoreceu a situação de invasões hoje constantes que trouxeram prejuízos enormes para o povo Deni.

Entre dezembro de 91 a abril de 92, na área do rio Xerua (que contava com uma população de 277 pessoas), uma epidemia de sarampo assolou as aldeias e provocou a morte de 58 índios e de mais seis entre abril e outubro do ano passado. Essas 64 mortes correspondem a um coeficiente de mortalidade geral de 23% da população Deni daquela área.

Apesar deste quadro, as invasões continuam e nenhuma medida efetiva foi tomada pelo Estado para proteger o povo Deni.

Povos indígenas de Rondônia e Norte do Mato Grosso — O território do povo Cinta Larga está inserido no Parque Indígena de Aripuanã que reúne também as nações Zoró e Surui a leste de Rondônia e noroeste do Mato Grosso. Em 1972, a população Cinta Larga totalizava mais de 5.000 membros dos quais apenas 600 sobreviveram devido as constantes invasões e violências sofridas por este povo no contato com as frentes pioneiras.

— Esta situação se perpetua até nossos dias, e está principalmente caracterizada pelas constantes invasões das terras indígenas por madeiros, garimpeiros, grileiros e pescadores além dos grandes latifúndios, das empresas mineradoras e dos projetos governamentais tais como projetos militares, minas, barragens e estradas.

De acordo com a Coiab os dados falam por si só e neste sentido o departamento de saúde da Funai constatou a morte de 700 índios em todo o território nacional no primeiro semestre do ano passado, causada por doenças, epidemias e conflitos.

Cerca de 70 mil índios estão sujeitos a contraírem doenças consideradas perigosas para a sua sobrevivência tais como, sarampo, tuberculose, malária, paralisia infantil e Hanseníase, demonstrando a inexistência de um atendimento eficaz por parte do Estado em relação aos povos indígenas. Em seguida, a Coiab fazia um relatório sobre os principais problemas registrados em sua área de atuação.

Ainda hoje há uma invasão massificada da área Cinta Larga por madeiros, garimpeiros, passeros e fazendeiros. Uma recente pesquisa comprovou a existência de mais de 1.500 quilômetros de estradas abertas e utilizadas ilegalmente na área indígena por empresas madeireiras para extração de madeira nobre.

Outros povos indígenas dessa região encontram-se também numa situação precária e podemos dizer que a situação de invasão é generalizada.

Povos do Vale do Javari — Região do Alto Solimões — Os 12 povos indígenas desta região, dos quais seis sem contato com a sociedade regional continuam tendo as suas terras invadidas por companhias madeireiras apesar de inúmeras denúncias e pressões exercidas sobre o Governo Federal e dos apelos já lançados ao Grupo do Trabalho sobre Povos Autôctones e à Sub-Comissão dos Direitos Humanos mas que, até este dia, não surtiram qualquer efeito para garantir a sobrevivência destes povos.

Hoje várias empresas insistem em invadir a área indígena que foi interdita pela portaria 1542/85 da Funai. Trata-se principalmente das empresas madeireiras Icoman (Indústria e Comércio de Madeira de Atalaia do Norte), Madenorte (Madeira de Atalaia do Norte), Irmãos Graça Ltda. Floresta, Icom (Indústria e Comércio de Madeira) e várias outras que atuam de modo totalmente ilegal no Peru e que importam clandestinamente a madeira do Vale do Javari.

Barragens — O povo Parakana, no Tocantins, teve a sua área inundada pelo imenso lago da barragem de Tucuruí que provocou uma proliferação monstruosa de macrófitas, não permitindo trabalhadores índios e não-índios executarem os seus trabalhos como lavradores em virtude da presença dos mosquitos "cabo verde" que ocasionam 800 picadashora/homem.

Até hoje os trabalhadores continuam acampados em frente as instalações da Elettronorte, acampamento que já completou 16 meses em condições sub-humanas. Os casos de malária aumentaram em 50% por causa das picadas dos referidos mosquitos e a população está acometida por constante diarreia por causa de testes de inseticidas inadequados realizados na área indígena Parakana.

Alguns casos de violência — Em agosto de 1992, várias malocas Macuxi, no Estado de Roraima, foram invadidas por membros do Exército fortemente armados ocasionando inclusive o seqüestro de um dos indígenas. As malocas foram completamente reinvadidas e a violência foi a tônica desta ação.

— Das 60 bombas deixadas em 1982 pela estatal francesa Elf Aquitaine na área indígena Saterê-Mawé, 30 encontram-se ainda na área provocando a intoxicação dos índios.

— Apesar da homologação da área indígena Yanomami pelo então presidente da República Fernando Collor,

esta encontra-se permanentemente invadida por centenas de garimpeiros, sem providências por parte dos órgãos federais.

Política indigenista oficial — No momento em que todos os setores da sociedade brasileira buscam novas alternativas rumo ao exercício de uma plena democracia, sem eles com os fracassos ou decepções do passado, ressurgiu uma antiga corrente ideológica essencialmente militar que objetiva a revitalização do projeto Calha Norte.

A Coiab constatou os efeitos desse projeto na época de sua implantação nas áreas indígenas localizadas nas faixas de fronteira. O Calha Norte não trouxe quaisquer benefícios sociais para as populações mas sim deixou um pesado ônus que se traduziu por múltiplas interferências na cultura tradicional de muitos povos, favoreceu divisões nas aldeias e criou novas dependências econômicas, fragilizando o equilíbrio e a organização social das comunidades.

Além disso, e o mais grave ainda se deve ainda ao fato que o Calha Norte, mesmo na sua nova versão, favorece "o desaparecimento dos povos indígenas através uma política chamada de integração, miscigenação ou aculturação".

Por outro lado, o prazo de cinco anos estipulado na Constituição de 1988 para a demarcação de todos os territórios indígenas do País terminará em outubro do corrente ano, e até o momento 254 áreas indígenas da Amazônia (70% da totalidade dos territórios dessa região) ainda estão por demarcar, das quais 57 se encontram sem qualquer providência.

Impunidade — Em 1988, 15 índios Ticuna da aldeia Capacete, região do Alto Solimões — Amazonas foram chacinados e outros 34 saíram gravemente feridos por um grupo de pescadores e madeiros chefiados pelo fazendeiro Oscar Castelo Branco. Apesar de inúmeras promessas do próprio ministro da Justiça, até hoje o caso permanece sem solução e os responsáveis estão soltos. O processo estava sendo julgado pela Justiça Comum no município de Benjamin Constant e o julgamento havia sido marcado para o mês de novembro de 1991. Devido o envolvimento de políticos regionais neste caso, foi feito um pedido de desaforamento no sentido

de transferir o caso para Manaus — capital do Estado. O promotor entrou com mandado de segurança procurando impedir tal ato judicial. Por outro lado, a Constituição de 1988 reza que os casos ligados à questão indígena deveriam ser julgados pela Justiça Federal e neste sentido a Procuradoria entrou com um recurso solicitando a transferência do caso para a Justiça Federal, muito mais confiável. O recurso foi julgado no final de 92 como improcedente e a Justiça Federal vai entrar com novo recurso.

A mesma situação está acontecendo em relação ao massacre ocorrido em 1989 no rio Itaquá — Vale do Javari, quando quatro índios isolados Korubó foram literalmente fuzilados por um grupo de pescadores da região. Este caso está tramitando na Justiça Federal de Manaus e se encontra totalmente paralisado.

Nos resta apenas a constatação que os direitos dos povos indígenas encontram-se mais uma vez completamente pisoteados e aqueles outorgados na Constituição de 1988 nunca são postos em prática e não saíam da esfera administrativa da máquina do Estado. De fato, o cunho respeitoso da Constituição em relação à questão indígena serve apenas de pano de fundo para melhorar a imagem do Brasil em suas negociações internacionais.

A Coiab e as organizações indígenas regionais da Amazônia denunciavam mais uma vez essa política genocida, que atinge diretamente os direitos humanos do povo indígena e fere vários acordos internacionais cujo Brasil é também signatário, principalmente no tocante ao Pacto sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção Internacional Sobre a Eliminação da Discriminação Racial.

A Coiab quer deixar aqui estas informações como testemunho da situação dramática de vários de nossos povos, na esperança que este Fórum venha considerar e apoiar nossas justas reivindicações e apelar junto ao Governo Brasileiro para que haja um verdadeiro respeito aos direitos fundamentais de nossos povos. Desta maneira, a Coiab encerrou sua exposição perante a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas no dia 14 de fevereiro deste ano.



Denúncias são feitas em todos os eventos

Ainda existem cerca de 400 territórios indígenas não demarcados, advertiu ontem o coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Orlando Baré, horas antes da solenidade oficial de abertura do Ano Internacional dos Povos Indígenas, que está acontecendo como resultado, na sua avaliação, de 18 anos de luta das nações indígenas do mundo inteiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, onde foi criado há quatro anos um grupo de trabalho para discutir os problemas enfrentados pelos povos indígenas.

Orlando Baré falou sobre o Ano Internacional dos Povos Indígenas em entrevista convocada para a Assembleia Legislativa na manhã de ontem. Disse que a Coiab considera que se de um lado a comemoração do evento programado pela ONU pode ser vista como uma conquista, a trágica realidade dos povos submetidos à constantes violências e desrespeitos absurdos não pode ser esquecida. Essa situação se perpetua e é caracterizada principalmente pelas constantes invasões de terras indígenas por madeireiros, garimpeiros, grileiros, pescadores e latifundiários, além das empresas mineradoras e dos projetos governamentais.

No decorrer deste ano a Coiab espera, de concreto, principalmente a conscientização do povo e da sociedade brasileira sobre os problemas dos povos indígenas, que vivem atualmente um dos piores momen-

tos da luta pela preservação de sua cultura. Orlando Baré lembra que a cultura dos povos indígenas vem sendo destruída pela política de etnocídio implantada no Brasil, destacando que a cultura é exatamente o fator fundamental da identidade de qualquer povo.

"Nos últimos 100 anos essa política intervencionista provocou o desaparecimento de diversos povos que nunca mais vão reaparecer", denunciou o coordenador geral da Coiab, acrescentando que mesmo assim os povos indígenas continuam lutando para continuar existindo. "Na época da ditadura, o então presidente Ernesto Geisel chegou a afirmar que no final de seu Governo não haveria mais índios no Brasil. Essa profecia não vingou pois atualmente 260 mil índios, divididos entre 180 povos, continuam sobrevivendo", disse Orlando Baré.

Lembrando que o Governo Federal tem até 5 de outubro deste ano para demarcar todos os territórios indígenas do País de acordo com a Constituição, Orlando Baré chamou a atenção para o fato de que existem ainda cerca de 400 territórios ainda não demarcados. "Lamentavelmente esse trabalho de demarcação dificilmente será concluído pois o Estado brasileiro não deu prioridade à esta determinação da Constituição", alertou o coordenador da Coiab, para quem o Governo Federal incorre em crime de responsabilidade se não concluir as demarcações.

Perspectivas - Como perspec-

Índios reafirmam sua luta apesar de todos os desafios

Eles estão empenhados este ano, mais que em outros, na luta pela sobrevivência em vários aspectos, incluindo o cultural onde se sentem ameaçados como nunca pela política de etnocídio implantada no País. Pela voz de Orlando Baré, coordenador da Coiab, os povos indígenas dizem o querem.

Lutz Vasconcellos



Orlando Baré

tiva para o Ano Internacional dos Povos Indígenas, a Coiab espera o fortalecimento da organizações indígenas e uma consciência de mudança. "Essa mudança só se concretizará através da unidade do nosso movimento, que aliás é o fundamento de nossas organizações", diz Baré.

Nesse sentido, a entidade vem articulando movimentos com 140 povos da Amazônia Legal e de países vizinhos, fazendo parte do Con-

sejo Mundial dos Povos Indígenas, com sede em Ottawa, no Canadá. "É bom lembrar que índio não tem fronteira", coloca Orlando Baré para, em seguida, lembrar que a Coiab luta hoje pela demarcação de 254 áreas indígenas, grande parte delas situada na faixa de fronteira e onde estão talvez as maiores reservas minerais do Planeta. "Aí, certamente, está o motivo do desinteresse das autoridades na demarcação de nossas terras", analisa.

Orlando Baré aproveitou para

destacar o apoio recebido pela Coiab de órgãos como a Universidade do Amazonas, Inpa e o próprio Poder Legislativo do Estado no trabalho de recuperação da história dos povos indígenas. Ele destacou a busca de alianças com outros segmentos da sociedade, incluindo partidos políticos, reconhecendo que os índios estão situados na camada dos desprotegidos. "A culpa é do sistema e precisamos modificá-lo", concluiu.

Arquivo



Assembleia geral dos povos indígenas da Amazônia

Vide - Verso